IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade
V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade
V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade

PLURALIDADE SEXUAL E DE GÊNERO ENTRE JOVENS DE UMA INSTITUIÇÃO EDUCATIVA DO NORDESTE DE MINAS GERAIS:

SABERES E PROPOSIÇÕES CURRICULARES DE RESISTÊNCIA

Eixo Temático ***EIXO 03 - ARTEFATOS CULTURAIS, MÍDIAS E EDUCAÇÃO: DISCUTINDO OS CORPOS, OS GÊNEROS E AS SEXUALIDADES EM DIVERSOS ESPAÇOS EDUCATIVOS***

Rosinalva Neres Rocha[1]
Bárbara Tatiane Santos Carvalho[2]
Fabiane Batista Cândido[3]
Fábio Pinto Gonçalves dos Reis[4]

RESUMO

Em meio à diversidade que marca o Brasil, falar sobre gênero e sexualidade nas escolas públicas ainda é um desafio. Apesar de serem identificados avanços nas pesquisas e nas lutas dos movimentos sociais por mais respeito e direitos para as pessoas LGBTQIA+ e outras identidades dissidentes, o dia a dia escolar nem sempre acompanha essas mudanças. Ainda faltam ações efetivas que tratem essas questões com a atenção e o cuidado que elas exigem. Em face ao exposto, a presente pesquisa teve como objetivo perscrutar o desenvolvimento de políticas e ações educativas valorativas da pluralidade sexual como expressão de um compromisso ético da escola com a equidade e verificar de que forma isso impacta os/as jovens em uma instituição educacional do nordeste de Minas Gerais. Foi adotada a metodologia qualitativa, com referencial teórico analisado na WebQualis. A pesquisa de campo aconteceu com três estudantes de uma escola pública no nordeste mineiro. O estudo identificou a relevância da elaboração de estratégias que fortaleçam o reconhecimento da diversidade sexual na escola para além da heterossexualidade hegemônica, e que potencializem o trabalho colaborativo com o envolvimento de práticas curriculares transversais perenes.

Palavras-chave: Diversidade, Gênero, Resistência, Proposições curriculares.

1 Mestrado em Educação da Universidade Federal de Lavras - MG, rocha.rosinalva@gmail.com;
2 Mestrado em Educação da Universidade Federal de Lavras - MG, carvalhobarbarats@gmail.com;
3 Mestrado em Educação da Universidade Federal de Lavras - MG, fabianebcandido@gmail.com;
4 Doutorado em Educação. Professor da Universidade Federal de Lavras, Faculdade de Educação, Linguagens e Ciências Humanas, Departamento de Educação (PPGE/FAELCH/UFLA), fabiors@ufla.br.

INTRODUÇÃO

Pensar uma educação comprometida com a equidade e com a justiça social significa reconhecer que a escola contemporânea carrega o desafio ético de lidar com formas persistentes e muitas vezes invisibilizadas, de silenciamento e exclusão. Essas marcas atravessam corpos, subjetividades e trajetórias que se entrelaçam no cotidiano escolar. No Brasil, país atravessado por desigualdades históricas e normas excludentes, o debate sobre gênero e sexualidade permanece como um campo de disputa: entre avanços legais e apagamentos institucionais, entre normatividades cisheteronormativas e resistências que insistem em existir.

Diante disso, refletir sobre o papel da escola frente a essas questões demanda mais do que normativas ou manuais. É preciso tensionar o suposto caráter neutro da educação e escancarar os modos pelos quais a exclusão é construída e mantida, mesmo sob discursos de inclusão. Há urgência em olhar para as experiências de estudantes LGBTQIA+ como experiências que revelam tanto processos de vulnerabilização quanto potências de resistência, modos outros de ocupar, habitar e ressignificar o espaço escolar.

É a partir dessa escuta atenta que o presente estudo se debruça sobre as práticas educativas voltadas à valorização da pluralidade sexual, entendendo-as como parte de um compromisso ético da escola com a equidade. A proposta é investigar como essas ações vêm sendo construídas e de que forma reverberam no cotidiano de jovens de uma escola pública localizada no nordeste mineiro, lugar de contradições, mas também de invenções e possibilidades.

METODOLOGIA

Neste estudo, adotou-se uma abordagem qualitativa, com base em entrevistas semiestruturadas realizadas com três estudantes do ensino médio de uma escola pública do nordeste mineiro, que relataram experiências de discriminação relacionadas à identidade de gênero e orientação sexual. A seleção dos participantes deu-se por amostragem intencional, a partir de indicação da equipe escolar, garantindo-se o anonimato e o consentimento livre e

esclarecido. A análise das narrativas seguiu a perspectiva da análise de conteúdo temática, em diálogo com autores dos estudos de gênero e sexualidade. A fundamentação teórica foi construída com base em produções indexadas em periódicos de circulação científica reconhecida, com ênfase nos descritores "gênero", "sexualidade", "escola" e "diversidade".

REFERENCIAL TEÓRICO

Apesar de o espaço escolar ser composto por códigos normativos sociais e institucionais, este ambiente é atravessado por sujeitos plurais que buscam neste espaço, estruturas de aprendizagem pautada no acolhimento. Uma convivência em que a aprendizagem possa ocorrer de maneira fluida, com celebração dos múltiplos aspectos que envolvem a complexa relação entre a escola, alunos e alunas com seus distintos modos de ser e agir, conforme destacam Rocha e Reis (2025).

Contudo, no que se refere às questões de gênero e sexualidade, tal convivência ocorre, muitas vezes, de maneira tácita, por meio de currículos ocultos (Apple, 1995) e práticas disciplinares que reafirmam a cisheteronormatividade como norma reguladora da conduta social. Como aponta Foucault (1999), os saberes e os poderes que operam nos dispositivos escolares não apenas classificam e hierarquizam, mas também produzem sujeitos e delimitam os modos de existência possíveis. Desse modo, identidades sexuais dissidentes como gays, lésbicas, pessoas trans, *queer* e não binárias, se tornam alvos recorrentes de exclusão simbólica e material no cotidiano escolar.

Butler (2003), ao discutir a performatividade de gênero, explicita como as normas sociais constituem corpos inteligíveis e inviabilizam outros que escapam à lógica binária e normativa. Essa perspectiva nos permite compreender que a escola, ao silenciar ou patologizar expressões não conformes de gênero e sexualidade, atua como instância de regulação e, simultaneamente, de exclusão. Nas palavras de um estudante do 2º ano do ensino médio entrevistado nesta pesquisa: "Na escola, sempre que eu demonstrava algo que as pessoas achavam 'afeminado', já vinha piada, risada, e às vezes até os professores ignoravam como se fosse normal." Esse relato revela como o bullying homofóbico passa a ser naturalizado no espaço escolar e invisibilizado pelas instâncias institucionais.

Para Louro (2008), a homofobia e a transfobia no ambiente escolar não apenas impactam o rendimento acadêmico dos estudantes LGBTQIA+, mas também geram sentimentos crônicos de rejeição, insegurança e evasão escolar. O entrecruzamento entre educação, gênero e sexualidade, ressalta que as escolas, ainda que se pretendam neutras em determinações legais, por muitas vezes, operam na construção de identidades legítimas, excluindo aquelas que escapam do modelo heterossexual hegemônico.

Nesse sentido, a negação do reconhecimento não é apenas simbólica, mas se materializa nas interações cotidianas, como revela o depoimento de uma estudante trans do 3º ano: “Eles me chamavam pelo nome antigo o tempo todo, mesmo quando eu dizia como queria ser chamada. A escola dizia que precisava seguir os ‘documentos’, mas isso me apagava. Ouvia pelos corredores que era frescura minha e que merecia uma surra para aprender a ser gente”.

O relato da estudante dialoga diretamente com os achados do relatório Violência Homofóbica nas Escolas (Brasil, 2015), que evidencia como estudantes LGBTQIA+ seguem entre os mais expostos a situações de vulnerabilidade no espaço educacional. As violências que vivenciam, sejam verbais, físicas ou mesmo institucionais, expressas por meio da omissão e da negligência, atravessam o cotidiano escolar e, não raro, permanecem silenciadas nos discursos oficiais.

Diante desse cenário, vozes como a de Bento (2014) chamam atenção para a necessidade de uma pedagogia que não apenas reconheça, mas também desestabilize as narrativas normativas sobre gênero e sexualidade. A proposta de uma pedagogia *queer*, nesse contexto, emerge como possibilidade de ruptura: ela aposta na escuta ativa, no acolhimento radical e no reconhecimento da pluralidade de corpos, afetos e modos de existir que habitam as escolas, apesar das violências.

A partir da noção de performatividade de gênero proposta por Butler (2003), é possível compreender que o gênero não é algo que se é, mas algo que se faz, por meio de gestos, discursos e práticas reiteradas que produzem a sensação de identidade estável. No contexto escolar, essa lógica se manifesta na vigilância sobre os corpos e no reforço de padrões normativos de masculinidade e feminilidade, punindo expressões que fogem ao esperado. A observação de uma estudante lésbica do 3º ano, entrevistada nesta pesquisa evidencia: “Eu percebia que os meninos podiam tudo, até serem agressivos, mas se uma

menina se comportasse 'masculina', logo diziam que era errada. Eu era sempre chamada de 'sapatão', como se fosse uma ofensa." Tal fala exemplifica como a performatividade dissidente é socialmente sancionada e como os marcadores de gênero e sexualidade atuam no controle dos corpos.

Ao analisar os relatos dos estudantes entrevistados, tornou-se evidente um sentimento persistente de não pertencimento ao ambiente escolar entre jovens LGBTQIA+. Essa sensação atravessa suas experiências cotidianas e se materializa em falas como a de um estudante bissexual do 1º ano do ensino médio, que desabafa: "Parece que a escola toda é feita pra quem é hétero. Eu nunca vi nada nas aulas, nem nos cartazes, que falasse de mim." A invisibilidade curricular presente nos espaços escolares reforça a urgência de práticas pedagógicas que incorporem a pluralidade sexual como conteúdo formativo transversal, não apenas em datas comemorativas ou projetos isolados, mas como parte constitutiva de uma política educativa comprometida com os direitos humanos (Rocha; Reis, 2025).

Pensar em espaços educativos inclusivos e seguros exige mais do que boas intenções: implica reconhecer, como propõe Vianna (2010), a diversidade de sujeitos que habitam o cotidiano escolar em suas múltiplas formas de ser, existir e aprender. Trata-se de romper com um currículo monocultural que, historicamente, tem silenciado ou distorcido as vivências de juventudes LGBTQIA+, apagando suas experiências do campo do saber e da convivência.

Esse movimento demanda, também, um olhar atento para a formação docente, não como etapa pontual, mas como processo contínuo. É fundamental que as discussões sobre identidade de gênero, sexualidade e relações de poder não estejam restritas a momentos isolados, mas que atravessam desde a formação inicial até as políticas de formação continuada, conforme orientam os próprios documentos oficiais (Brasil, 2018). Só assim será possível sustentar práticas pedagógicas que não apenas incluam, mas transformem. Ao considerar as vozes dos estudantes que experienciam a exclusão, a escola se reinventa como espaço de subjetividades valorativas da dignidade humana em sua pluralidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os relatos colhidos nas entrevistas com estudantes do ensino médio revelam vivências atravessadas pela exclusão, pelo silenciamento e por formas sutis e explícitas de violência

simbólica, muitas vezes expressas por meio da injúria moral relacionada à identidade de gênero e à orientação sexual.

As experiências compartilhadas não apenas expõem a permanência de práticas discriminatórias nos cotidianos escolares, como também lançam luz sobre a complexidade dos atravessamentos identitários que marcam os sujeitos LGBTQIA+ nesses espaços. A análise das narrativas à luz dos referenciais teóricos selecionados, apontam para um entendimento da escola como espaço de disputa, onde resistências emergem e subjetividades se reconfiguram, muitas vezes a partir da dor, mas também da invenção.

Os resultados desta pesquisa sugerem que práticas pedagógicas que negam a diversidade sexual e de gênero reforçam dispositivos que alimentam a exclusão e o sofrimento cotidiano. O estudo aponta igualmente, caminhos possíveis: o fortalecimento de ações educativas pautadas na escuta sensível, na formação continuada de educadores e na participação ativa da comunidade escolar pode romper com ciclos de apagamento e promover uma escola ética, inclusiva e comprometida com a dignidade de todas as existências. Reconhecer as juventudes LGBTQIA+ como sujeitos legítimos de saber, de afeto e de cidadania não é um gesto de concessão, é um compromisso político e pedagógico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa reconhece que, para muitos jovens LGBTQIA+, a escola é também um lugar de enfrentamentos diários por respeito e reconhecimento. Ao ouvir com atenção os relatos de jovens que vivenciam preconceitos e exclusões na escola, foram reverberados conflitos que seguiam ocultos sob a aparência de normalidade cotidiana.

Nesse caminho, escutar com sensibilidade as juventudes LGBTQIA+ significa não só ampliar o debate educacional, mas também permitir que suas vozes redesenhem os currículos, os modos de ensinar e as formas de convivência. Reconhecer esses sujeitos como produtores de conhecimento é um gesto político que transforma a escola em um espaço plural.

Ainda que esta pesquisa tenha evidenciado importantes aspectos sobre as experiências escolares de jovens LGBTQIA+ e as possibilidades de resistência no cotidiano educativo, reconhece-se que muitos outros caminhos permanecem por explorar. Questões como os impactos das formações docentes sobre o trato com a diversidade, a participação das famílias

e da gestão escolar nesse processo, bem como os atravessamentos interseccionais de raça, classe e território, demandam aprofundamentos futuros. Deixar a investigação aberta a essas possibilidades não é sinal de insuficiência, mas sim de um compromisso com o caráter plural, situado e em constante reinvenção que marca a produção de conhecimento no campo da educação.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. **Educação e poder**. Porto Alegre: Artmed, 1995.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2014.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1**, de 30 de maio de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório sobre Violência Homofóbica nas Escolas**. Brasília: MEC/SECADI, 2015.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero:** feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho:** ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

ROCHA, Rosinalva Neres; REIS, Fábio Pinto Gonçalves dos. **Cartas à escola:** vez e voz das juventudes. Araucária: Sorian, 2025.

VIANNA, Adriana. **Diversidade sexual e cidadania:** a construção de direitos. In: JUNQUEIRA, Rogério D. (org.). Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: MEC/UNESCO, 2010.